

Projeto de novas zonas francas pode incluir o ES

Ângelo Passos

O Espírito Santo está incluído na instalação das Zonas de Produção Externa (ZPE), espécies novas de zonas francas, que poderão localizar-se próximas aos melhores sistemas portuários do país, cerca de 12. A revelação foi feita em Vitória pelo ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, salientando, entretanto, que a implantação do projeto ainda está sendo estudada.

O ministro afirma que o governo conta com recursos do exterior para tornar possível a meta de crescimento econômico (5% do PIB neste ano, 6% em 88 e 7% em 89) e diz que nas negociações com os credores externos o país precisa encontrar um ponto de equilíbrio que atenda tanto aos seus interesses como os da comunidade financeira. "Não temos condições de remeter 12 bilhões de dólares para o exterior", frisa.

José Hugo defende a conversão de parte da dívida em investimentos no país e é amplamente favorável ao ingresso de capital estrangeiro no Brasil, cujos lucros remetidos para o exterior têm uma legislação que não deve ser modificada, segundo o ministro. Considera que a política econômica fundamentada no Plano de Consistência é um atrativo à inversão de recursos externos no país, cujo potencial do mercado interno também é convidativo, julga ele. Eis a entrevista:

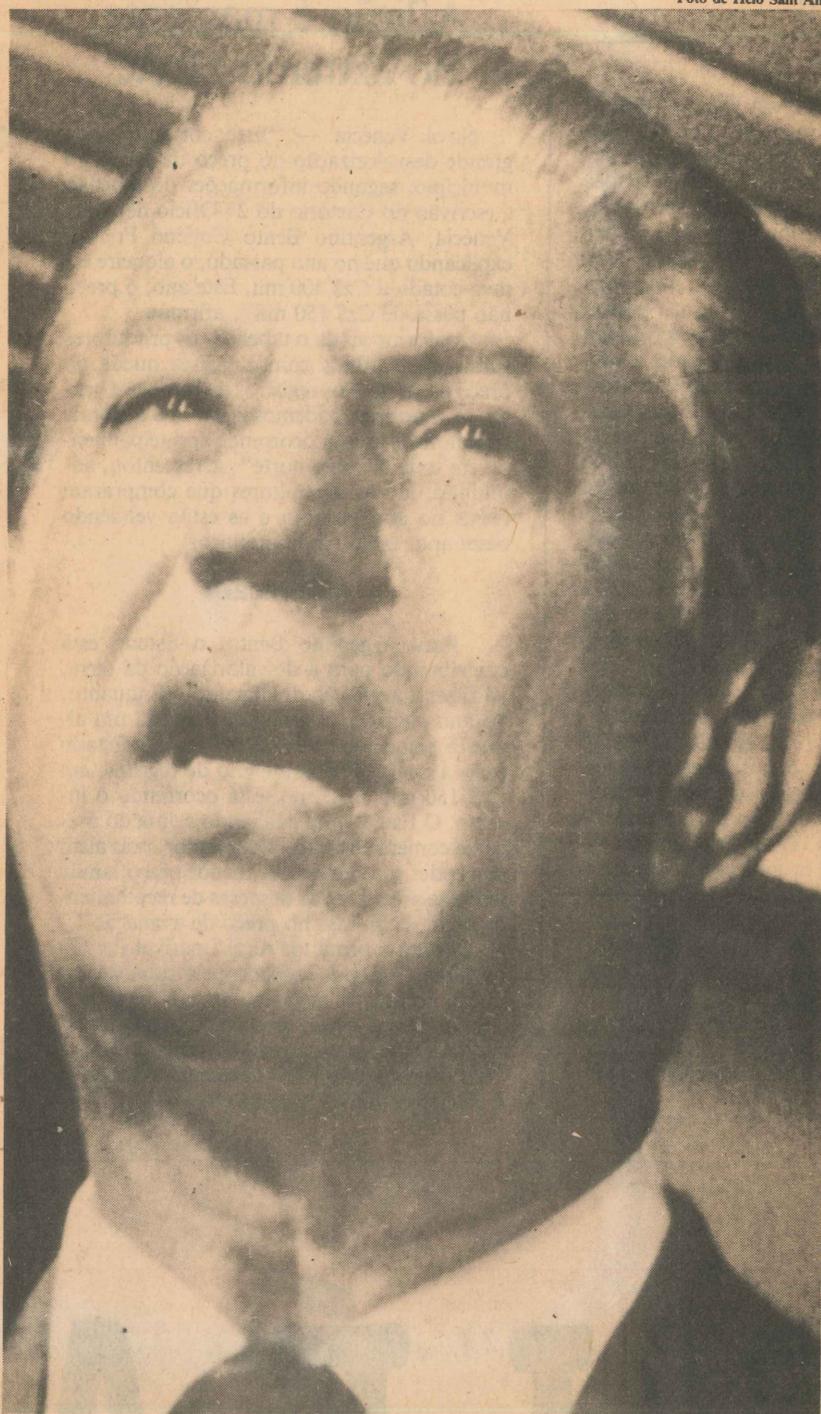


Foto de Helô Sant'Ana

José Hugo prega respeito às leis de mercado e à liberdade econômica

O país tem de crescer no mínimo 6% ao ano para gerar empregos. Vamos ter de investir em infra-estrutura — energia, transporte.

tem de crescer no mínimo à taxa de 6% ao ano, número necessário para gerar os empregos de que precisa, para abrigar esses um milhão e du-

em leis de mercado, estamos falando em economia de mercado, estamos falando em iniciativa privada, estamos falando disso tudo no instante em que a concentração de poder e de intervenção do Estado é máxima, que é o congelamento. Não há nada de maior intervenção na economia do que o congelamento de preços. Nós sabemos que isto é o primeiro passo que vai terminar na desregulamentação da economia, na economia de mercado, nos preços se impondo pelas leis de mercado, pela lei de oferta e procura, pela competitividade, pela qualidade do produto. Isto é o estágio

Estamos criando todas as facilidades para ingresso de capital estrangeiro no país. Sem ele, não temos como nos desenvolver.

que há de ser bem administrado. A nossa preocupação, a preocupação do presidente Sarney hoje, posso assegurar, é que este plano não incida nos erros que foram cometidos no Plano Cruzado primeiro. Houve uma euforia popular muito grande, houve também uma má administração do programa e o plano foi levado ao insucesso. Isto causou uma grande desesperança ao povo, que agora está aderindo cautelosamente.

— **Ministro, a comunidade financeira internacional está disposta a convencer o governo do presidente Sarney a pagar boa parte dos juros de nossa dívida, para que o Brasil volte a receber fluxo de divisas externas. Caso contrário, estamos correndo o risco de sermos rebaixados no nível entre os devedores. Essa ameaça de mais sangria desatada de recursos para o exterior não debilita nossa economia?**

— Eu acho que nós temos de encontrar um ponto de equilíbrio que atenda aos nossos credores e que atenda aos nossos interesses. Efetivamente nós não temos condições de remeter, 12 bilhões de dólares por ano para o exterior. Este é que é o nosso grande perigo. Porque se nós não investirmos aqui, nas nossas indústrias, sobretudo na área de tecnologia, o nosso parque industrial — que hoje atende praticamente toda a nossa necessidade e que é altamente competitivo — será

— Eu não sei a estratégia que o ministro Bresser está adotando nas suas negociações. Mas, uma coisa

monetária, isto é, de nossa capacidade de pagar o cruzado pelo dólar, convertido, nós teríamos que tirar daí essa parte, teríamos que explorar isso, nos limites de nossas possibilidades, mas em setores direcionados para exportação, se não vamos aumentar nosso problema e vamos também pagar dividendos desses recursos. Então, esses recursos, como regra, terão de gerar os próprios dividendos para se remunerar. Eles devem ter também como regra, que eu entendo, que haja um parâmetro mínimo de agregação de valor nos bens industriais produzidos, para que a gente não faça um investimento para produzir matéria-prima. Acho também que devem ser investidos em ativos novos. Os ativos existentes devem ser preservados, porque já estão aí, já estão exportando, já estão gerando riquezas, tributo. E nós precisamos é de coisa nova, de recursos, de investimentos.

— **O sr. tem-se mostrado sempre favorável ao ingresso de capital estrangeiro no país. Mas, eles não vêm sem um retorno. O que o sr. acha, então da atual legislação que regula a remessa de lucro para o estrangeiro?**

— A nossa lei de capital estrangeiro tem 30 anos. Ela prevê inclusive a forma de remessa de lucro para o exterior. É uma lei que tem dado certo para o Brasil e para o exterior. Ninguém reclama. Nós permitimos que o capital se remunere em 10% depois de todas as despesas pagas e do imposto de renda pago. Então, isso para o país é um altíssimo negócio. Devemos preservar essa lei, não podemos abrir mão dessa lei, porque ela funciona. Posso citar o exemplo da Manesmann, que é uma grande siderúrgica em Minas Gerais. Foi feita com capital alemão, todo o equipamento alemão e na sua instalação vieram 500 pes-

O congelamento de preços é o máximo em concentração de poder e intervenção estatal na economia. Vamos desregulamentar

soas, engenheiros, técnicos e operários da Alemanha para aqui. E agora, no ano passado, nós fomos inaugurar um grande plano de expansão, com mais uma aciaria, mais um alto forno, um laminador

Se não investirmos agora, o nosso parque industrial será sucateado e vamos perder as condições de competitividade

for insuficiente para atender às necessidades de um setor e setores essenciais à economia, por exemplo, aço plano. Até que alguém possa vir, via bolsa, ou via mercado de capital, ou via grupos, assumir essas empresas que o Estado administra.

— **O sr. acaba de situar o nosso mercado interno como fator de atrativo a investimentos. O sr. não vê esse atrativo ameaçado com os atuais níveis salariais praticados no Brasil?**

— É evidente que o mercado interno tanto será mais forte, tanto terá mais capacidade de consumo, será mais atrativo se tiver um bom salário e puder gastar mais, com o poder de consumo maior do que tem hoje. Então, o salário pequeno não interessa a ninguém, nem para os industriais. Hoje já se proclama a necessidade de aumentar o salário mínimo e desvinculá-lo dos outros salários, para criar condições de fortalecer o nosso mercado interno.

— **Vamos sair do mercado e entrar nas empresas. Ministro, os bancos privados têm usado seu grande arsenal de criatividade para escapulirem, sempre que podem, e não operarem as linhas de refinanciamento das dívidas das micro, pequenas e médias empresas, burlando determinação do governo, através do Banco Central, que emitiu, sem sucesso prático, duas resoluções para este fim: as de números 1.335 e 1.337. O que o governo, através, certamente, do seu Ministério que é da Indústria e do Comércio, pode fazer pelas empresas, neste caso, e também ver cumprida sua determinação?**

— Olha, o presidente da República me mandou um bilhete de próprio punho, me pedindo e me recomendando que tomasse todas as providências, através do Cebrae, para que a decisão do governo, resolução 1.335 a que você está se referindo, chegasse às pequenas empresas, que ela estava interrompida no meio do caminho. Nós já reunimos a presidência do Cebrae, que

crescimento da economia do país: 5% para 1987, 6% para 88 e 7% para 89. Como, então, compatibilizar crescimento e falta de infraestrutura?

— Evidentemente, o presidente ao anunciar sua preocupação com o pequeno investimento na infraestrutura da economia brasileira, tem muita razão. Estamos convivendo hoje já com déficit na geração de energia elétrica. Ontem (terça-feira) foi assinado um ato em que se procurou suprir essa deficiência. Então esta é a maneira de compatibilizar recursos que o governo vai se apropriando, com a retomada do aquecimento da economia. Eu acho que o governo vai ter recursos para promover essas obras de infraestrutura. O convênio assinado ontem foi exemplo exatamente disso, para suprir o Nordeste de energia, evitando inclusive o racionamento. Este é o exemplo de que é possível compatibilizar os nossos recursos, que são limitados, com as metas do nosso crescimento. Nós estamos conversando no momento em que os preços estão congelados, em que a economia está sob um processo de intervenção fortíssimo, e, então, seria quase uma incompreensão falar-se em crescimento. Mas a grande verdade é que o país

tem de crescer no mínimo à taxa de 6% ao ano, número necessário para gerar os empregos de que precisa, para abrigar esses um milhão e duzentos a um milhão e quinhentos mil brasileiros que vêm ao mercado em busca do primeiro emprego. Nós vamos ter de investir na área de infraestrutura — transporte, energia e siderurgia que são os insumos básicos e essenciais a qualquer plano de desenvolvimento nas taxas de 5, 6 ou 7%.

— Para que haja o crescimento econômico do país previsto no Plano de Consistência Macroeconômico, os próprios estudos do governo estimam a necessidade de investimentos de 19,5% do PIB neste ano, 21,7% do PIB em 88, 23,1% em 89, 24,4% em 90 e 24,8% em 1991. Pergunta-se, então; o Plano de Consistência produzirá uma política econômica onde seja possível esse nível de investimento, que evidentemente, terá de ser na produção?

— Eu acho, pelo seguinte: hoje nós estamos com a nossa poupança pública zerada. Nós não temos poupança pública. Estamos com uma poupança privada na ordem de 15% a 16% do valor do nosso PIB. Quando o ministro Bresser fala que nós podemos investir cerca

FMI?

— Eu não sei a estratégia que o ministro Bresser está adotando nas suas negociações. Mas, uma coisa eu posso assegurar: no plano de política industrial que estamos elaborando, por recomendação do presidente da República, estamos criando todas as facilidades para ingresso do capital estrangeiro no país, porque sem capital estrangeiro nós não temos condições de financiar os investimentos que precisamos para crescer.

— Mas a dificuldade de acordo com o FMI, após o desquite chamado moratória, não está influenciando negativamente ao investimento do capital estrangeiro aqui?

— É, mas nós estamos falando em retirar a intervenção da economia, retirar o Estado das atividades econômicas, estamos falando em desregularizar, estamos falando

A poupança pública está zerada e a poupança privada é 15% a 16% do PIB. Precisamos de mais recursos externos.

— que hoje atende praticamente toda a nossa necessidade e que é altamente competitivo — será sucateado dentro de alguns anos, se continuarmos sem investir nesse parque e nós não teremos mais como exportar para país nenhum. Então, uma parte da geração de divisas que nós exportamos nós temos que negociar, temos que reformular o nosso cronograma de pagamento, mas nós temos de deixar aqui, neste país, um volume de recursos suficientes para nos propiciar os investimentos que precisamos para crescer. E para modernizar, porque hoje nós temos condições competitivas, mas dentro de pouco tempo nós vamos perder essas condições.

— O sr. defende a continuidade da moratória ou prega uma convivência menos dura com os bancos externos?

— Eu acho que o Brasil tem de fazer um bom negócio com os seus credores. Nós temos de separar uma parte das divisas geradas de nossas riquezas para reinvestir aqui, no nosso país. Temos também outro caminho a percorrer, que é transformar parte das nossas dívidas em investimentos de risco, dívida que eu entendo que deve ser tirada dos juros, não do principal. Na medida da resistência de nossa base

nos da Alemanha para aqui. E agora, no ano passado, nós fomos inaugurar um grande plano de expansão, com mais uma aciaria, mais um alto forno, um lingotamento contínuo, que é última palavra em termos de siderurgia, sem um equipamento comprado fora, sem um funcionário da Alemanha e todos os lucros reinvestidos no Brasil. Isso foi um grande resultado para este país. Essa empresa deu emprego, criou um material nobre, ajudou o nosso desenvolvimento industrial. Então, o capital estrangeiro, administrado com critério, administrado com equilíbrio, é um grande agente do progresso. Temos um grande atrativo ao capital estrangeiro, que é o nosso mercado interno.

— O excesso de intervenção estatal citado há pouco pelo senhor deve ser contido de que forma? Até onde o Estado deve ir e como? Monopoliticamente?

— Defendo a permanência do Estado onde há monopólio, defendendo a reserva de mercado onde a lei já definiu que existe reserva de mercado — eu não discuto lei, eu cumprio. Agora, acho que o Estado deve ter atividade econômica naqueles setores de natureza ditadas por motivos estratégicos e de segurança nacional, ou quando o capital privado

ferindo, chegasse às pequenas empresas, que ela estava interrompida no meio do caminho. Nós já reunimos a presidência do Cebrac, que está se reunindo com o Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica e bancos particulares para forçar que as ordens do governo sejam cumpridas.

Nossa lei de remessa de lucro para o estrangeiro tem 30 anos e vem dando certo para o Brasil e para o exterior.

— Ao que se sabe, estão prontos os estudos básicos para a criação das chamadas Zonas de Produção Externa (ZPE), espécies de novas zonas francas que poderão localizar-se próximas aos grandes portos de exportação, cerca de 12, estando na dependência, agora, de uma decisão do Planalto. O Espírito Santo está incluído entre essas novas zonas?

— Nós vamos começar a examinar o assunto, mas o Espírito Santo está incluído sim. (Saiu andando; encerrando a entrevista).

BLACK & DECKER NA GIACOMIN

NO DIA DOS PAIS, NÃO DÊ FURO DÊ UMA FURADEIRA

KIT FURADEIRA ELÉTRICA BLACK & DECKER CONTENDO:

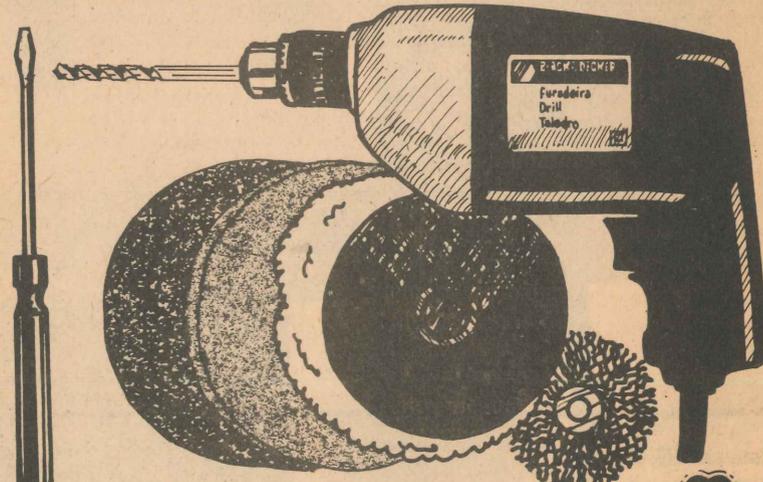
- * FURADEIRA
- * BONÉ DE PELE
- * CHAVE DE MANDRIL
- * DISCO DE BORRACHA
- * ADAPTADOR METÁLICO
- * REBOLO ESMERIL
- * ESCOVA DE AÇO CIRCULAR
- * 6 DISCOS DE LIXA
- * 3 BROCAS DE AÇO
- * CARBONO
- * SUPORTE HORIZONTAL
- * LÁPIS
- * FIO DE EXTENSÃO
- * CHAVE DE FENDA
- * METRO

À VISTA

CZ\$ 1.890,00



BLACK & DECKER



GIACOMIN

ILHA DO PRÍNCIPE 23 DE MAIO VILA RUBIM

GOIABEIRAS CAMPO GRANDE

Governo repassa 79 bi aos Estados

Brasília — O Governo federal transferiu um total de Cz\$ 79 bilhões para os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios no primeiro semestre deste ano, segundo balanço publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Do total desses recursos, 53%, foram destinados aos Estados; 5% às capitais e 42% aos municípios.

O Estado de São Paulo recebeu 11,8% do total dos recursos (Cz\$ 9,297 bilhões), dos quais Cz\$ 4,18 bilhões para o Estado, Cz\$ 180,9 milhões para a capital, e Cz\$ 4,94 bilhões para os municípios.

O Rio de Janeiro ficou com Cz\$ 3,23 bilhões (4% do total do bolo distribuído), Minas Gerais com Cz\$ 8,25 bilhões (10,4%), o Paraná com Cz\$ 3,92 bilhões (5%), o Rio Grande do Sul com Cz\$ 3,7 bilhões (4,7%), o Maranhão com Cz\$ 4,83 bilhões (6,1%), Goiás com Cz\$ 3,18 bilhões (4%), e o Distrito Federal com Cz\$ 378,5 milhões (0,5%).

As transferências federais para

os Estados, DF, Territórios e Municípios somaram Cz\$ 8,16 bilhões em janeiro deste ano; Cz\$ 8,99 bilhões em fevereiro; Cz\$ 10 bilhões em março; Cz\$ 12,85 bilhões em abril; Cz\$ 18,29 bilhões em maio; e Cz\$ 20,63 bilhões em junho.

Proveniência

Das transferências feitas no primeiro semestre, 39,6% (Cz\$ 31,28 bilhões) são provenientes do FPM (Fundo de Participação dos Municípios); 32,6% (Cz\$ 25,76 bilhões) do FPE (Fundo de Participação dos Estados); 2,9% do FE (Fundo Especial); 3% da RFE (Reserva do Fundo Especial); 4,5% do IUEE (cota-parte do Imposto Único sobre Energia elétrica), 3,7% do IULCLG (cota-parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos), 2,2% do IUM (cota-parte do Imposto Único sobre Minerais); 1,4% do IST (cota-parte do Imposto sobre Transportes); 0,5% do VPBN

(cota-parte do Valor do Petróleo Bruto de Produção Nacional); 5,3% de cota parte do salário educação; 0,03% de cota parte do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), ITBI (Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), dos municípios e dos Territórios Federais, 3,8% do AFEM (Apoio Financeiro de Emergência aos Municípios) e 0,4% do FEP (Fundo Especial de Petróleo-pagamento de royalties, pela Petrobrás aos municípios produtores).

Os recursos do FPM, FPE, FE e RFE correspondem a 33% do volume líquido da arrecadação do IPV (Imposto sobre a Produção Industrial) e do Imposto de Renda, destinando-se 17% para os municípios, 14% para os Estados e 2% para o Fundo Especial. A cota-parte do IUEE corresponde a 60% dos valores líquidos daquele tributo, contra 12% da cota-parte do IULCLG.